

INFORMAÇÃO N.º1

Prova de Conhecimentos

1. ÁREAS COMUNS AVALIADAS NA PROVA DE CONHECIMENTOS

Regime do vínculo de emprego público e gestão de recursos humanos na Administração Pública

- Modalidades de vínculo de emprego público;
- Constituição do vínculo;
- Período experimental;
- Carreiras e graus de complexidade funcional.

Direitos, deveres e condições de trabalho em funções públicas

- Regime de feriados;
- Tempos de não trabalho;
- Parentalidade;
- Férias e faltas.

Procedimento administrativo e princípios da atividade administrativa

- Regras do procedimento administrativo;
- Princípios gerais da atividade administrativa;
- Contagem de prazos;
- Audiência dos interessados;
- Garantias de imparcialidade e impedimentos.

Direito do Trabalho – regime da parentalidade

- Licenças parentais;
- Faltas para assistência a filho.

Proteção de dados pessoais

- Encarregado da proteção de dados;
- Responsabilidades no tratamento de dados pessoais.

2. ÁREAS AVALIADAS NA PROVA DE CONHECIMENTOS

Técnico de Mediação Intercultural + Técnico de Animação + Mediação Cultural

- Diagnóstico de Necessidades em Contexto de Diversidade
- Acolhimento e Inclusão em Contexto de Diversidade
- Mediação e Gestão de Conflitos
- Relação Escola-Família em Contextos de Diversidade
- Educação Intercultural e Cidadania
- Prevenção da Exclusão e Desvinculação Escolar
- Planeamento e Avaliação de Projetos
- Trabalho em Rede e Articulação Institucional
- Ética e Limites da Intervenção em Contexto Intercultural
- Mediação Intercultural – Prevenção do Abandono Escolar
- Animação Cultural – Animação Comunitária
- Mediação Cultural – Diálogo Intercultural

3. NOTA DE ENQUADRAMENTO À BIBLIOGRAFIA

A bibliografia indicada para cada prova foi definida com base nos principais temas, âmbitos de atuação e enquadramentos legais associados a cada Perfil. Deve ser entendida como uma base de suporte à preparação dos/as candidatos/as, não como uma reprodução literal de todas as situações, opções de resposta ou formulações constantes da prova.

Tratando-se de provas com alguma componente de aplicação prática, as questões avaliam a capacidade de mobilizar conhecimentos técnicos, interpretar cenários profissionais e aplicar princípios de atuação de forma fundamentada. Assim, algumas respostas podem exigir a articulação entre diferentes referências, conhecimento acadêmico de base e raciocínio técnico aplicado ao contexto.

A bibliografia apresentada constitui, portanto, uma orientação relevante para o estudo, mas não substitui o domínio global das matérias nem a capacidade de aplicação prática exigida para o desempenho da função.

4. BIBLIOGRAFIA PARTE COMUM

*Constituição da República Portuguesa (CRP)**

*Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) **

*Novo Código do Processo Administrativo (CPA) **

**Nas respetivas versões atuais*

5. BIBLIOGRAFIA POR PERFIL: Técnico de Mediação

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República.

Council of Europe. (2018). Reference framework of competences for democratic culture (Vols. 1–3).

Council of Europe.

Council of Europe. (2020). Compass: Manual for human rights education with young people (2nd ed.).

Council of Europe.

Direção-Geral da Educação. (2017). Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Ministério da Educação.

Direção-Geral da Educação. (n.d.). Português Língua Não Materna: Orientações e recursos. Retirado em 14 de maio de 2026 de <https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>

Epstein, J. L. (2018). School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools (2nd ed.). Routledge.

Epstein, J. L., Sanders, M. G., Sheldon, S. B., Simon, B. S., Salinas, K. C., Jansorn, N. R., Van Voorhis, F. L., Martin, C. S., Thomas, B. G., Greenfeld, M. D., Hutchins, D. J., & Williams, K. J. (2018). School, family, and community partnerships: Your handbook for action (4th ed.). Corwin Press

European Commission. (2004). Project cycle management guidelines. European Commission. https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2020-09/methodology-aid-delivery-methods-project-cycle-management-200403_en.pdf

European Commission. (2015). A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages. Publications Office of the European Union.

<https://education.ec.europa.eu/document/a-whole-school-approach-to-tackling-early-school-leaving-policy-messages>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2012). Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools. OECD Publishing.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2015). Immigrant students at school: Easing the journey towards integration. OECD Publishing.

Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Plano Nacional das Artes. (2019). Plano Nacional das Artes: Uma estratégia, um manifesto 2019–2024. Ministério da Cultura/Ministério da Educação.

Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Diário da República.

UNESCO. (2001). Universal Declaration on Cultural Diversity. UNESCO.

UNESCO. (2006). UNESCO guidelines on intercultural education. UNESCO.

UNESCO. (2024). UNESCO framework for culture and arts education. UNESCO.

Bom Sucesso, 2 de junho de 2026

O Presidente do Júri
Mário Augusto de Velasco Lopes